



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/08/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	3
1.3. DECISÕES.....	4 - 5
1.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6
1.5. JUÍZES.....	7
2. JORNAL AQUI	
2.1. AÇÕES TJMA.....	8
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	9
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. AÇÕES TJMA.....	10
4.2. VARAS CRIMINAIS.....	11
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	12 - 13
6. JORNAL EXTRA	
6.1. DESEMBARGADORES.....	14
6.2. SINDJUS.....	15
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. VARAS CRIMINAIS.....	16
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. CNJ.....	17 - 19
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	20 - 21
9.2. DECISÕES.....	22 - 23
9.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	24
9.4. JUÍZES.....	25
9.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	26
9.6. SEM ASSUNTO.....	27
9.7. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	28

JUDICIÁRIO RECEBE SUGESTÕES PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ATÉ O DIA 26 DESTE MÊS

O TJMA já recebeu mais de 70 sugestões para elaboração do orçamento participativo 2014. Até o dia 26 de agosto, magistrados, servidores, membros da OAB, Ministério Público, Associação dos Magistrados, Sindicato dos Servidores da Justiça e representantes de outras entidades ligadas ao Judiciário podem participar por meio de formulário eletrônico para indicação das prioridades, disponível no site www.tjma.jus.br, no link "Transparência".

TJMA NOMEOU QUASE 900 SERVIDORES EM MENOS DE DOIS ANOS



O Tribunal de Justiça do Maranhão nomeou 884 concursados para reforçar o quadro de pessoal do Poder Judiciário na gestão do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

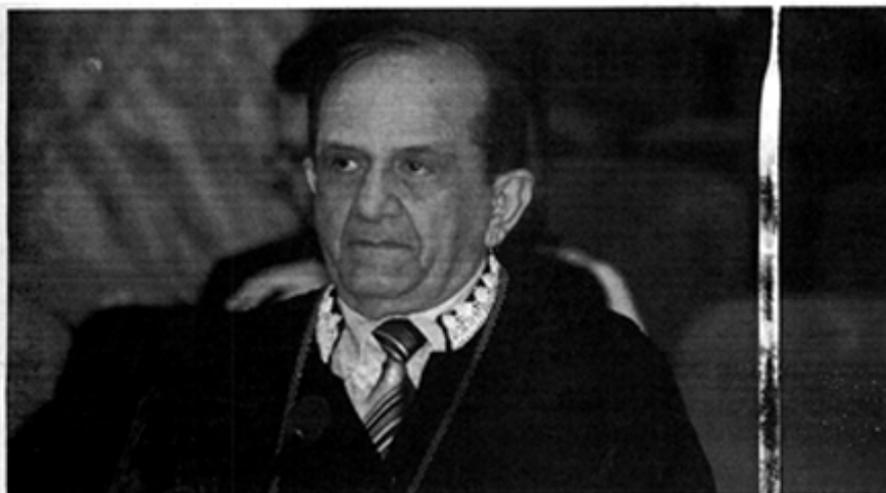
As nomeações foram feitas aplicando-se critérios em conformidade com a disponibilidade financeira do Poder Judiciário e na necessidade dos serviços forenses, dando-se prioridade ao fortalecimento do quadro de pessoal da Justiça de 1º grau.

“Caso haja disponibilidade orçamentária, pretendemos convocar todos os servidores aprovados em concursos anteriores. Vamos continuar investindo em mão de obra qualificada para suprir a demanda sempre crescente nas comarcas do Estado”, afirma Guerreiro Júnior.

CASAMENTO COMUNITÁRIO: REUNIÃO DISCUTE PENDÊNCIAS DE NUBENTES E LOGÍSTICA DA CERIMÔNIA

As pendências de casais inscritos no casamento comunitário que a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão promove no dia 14 de setembro e a logística da cerimônia (a partir das 17h, no Fórum Desembargador Sarney Costa) foram os temas de reunião ocorrida na manhã de ontem, na sala de reunião do gabinete do corregedor-geral da Justiça.

Tribunal de justiça nega habeas corpus a assaltantes



➔ Desembargador Raimundo Melo

Pág. 2

Tribunal de justiça nega habeas corpus a assaltantes

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou habeas corpus a Rene João Monteiro Reis, acusado de integrar quadrilha de assaltantes de casas lotéricas, no município de São Luís/MA.

O réu foi preso em 05 de agosto de 2012 acusado de ter assalto a Casa Lotérica Baú da Sorte, no bairro São Cristóvão, e o supermercado Maciel, no Cohatrac. A quadrilha da qual Rene Monteiro Reis era o líder, juntamente com outras três pessoas, foi desarticulada graças a Operação da Polícia Civil, que na oportunidade ainda prenderam Luis Alberto, Valnir Rodrigues e Benedito Saraiva.

A defesa de Rene ingressou com pedido de habeas corpus alegando que ele estaria sofrendo constrangimento ilegal, em razão de não haver motivos para o Réu permanecer preso.

Ao julgar o caso, o Relator, Desembargador Raimundo Melo, ressaltou que “ Resta claro a

necessidade da manutenção do paciente no ergástulo, em razão da garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, vez que se o paciente for solto, representará um perigo para sociedade, provavelmente irá se evadir do distrito da culpa, motivos pelos quais, deve permanecer preso”;

Melo registrou ainda que “o presente caso não se trata de desrespeito ao art. 93, inciso IX, da Constituição republicana. Como relatado, o ergástulo do paciente obedeceu, in totum, ao prescrito na Constituição Federal, uma vez que não desrespeitou as formalidades legais, bem como verificou a obediência às garantias constitucionais.

Ao final, seguindo parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo negou o Habeas Corpus, pelo que foi acompanhado pelos Desembargadores de Bayma Araujo e Fróz Sobrinho.

JUSTIÇA EM BACABAL ENTREGA CERTIFICADOS A CONCILIADORES

O juiz Marcelo Silva Moreira, titular do Juizado Especial de Bacabal, entregou em solenidade especial, nessa segunda-feira (19), os certificados de conclusão de curso aos conciliadores formados na primeira turma do gênero já constituída no interior do Estado. Trinta e quatro conciliadores receberam certificado.

SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS TEM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA PROJETOS SOCIAIS

O juiz José Augusto de Sá Costa Leite, titular de São Raimundo das Mangabeiras, publicou edital voltado para entidades sociais. Projetos sociais selecionados poderão receber recursos da Justiça, advindos de penas alternativas de prestação pecuniária, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal. As inscrições estão abertas vão até o dia 15 de setembro.



Tribunal de Justiça nomeia 884 aprovados em concurso

O Tribunal de Justiça do Maranhão nomeou 884 concursados para reforçar o quadro de pessoal do Poder Judiciário na gestão do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. As nomeações foram feitas aplicando-se critérios em conformidade com a disponibilidade financeira do Poder Judiciário e na necessidade dos serviços forenses,

dando-se prioridade ao fortalecimento do quadro de pessoal da Justiça de 1º grau. "Caso haja disponibilidade orçamentária, pretendemos convocar todos os servidores aprovados em concursos anteriores. Vamos continuar investindo em mão de obra qualificada para suprir a demanda sempre crescente nas comarcas do Estado", afirma Guerreiro Júnior.

TJMA nomeou quase 900 servidores em menos de dois anos

O Tribunal de Justiça do Maranhão nomeou 884 concursados para reforçar o quadro de pessoal do Poder Judiciário na gestão do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

As nomeações foram feitas aplicando-se critérios em conformidade com a disponibilidade financeira do Poder Judiciário e na necessidade dos serviços forenses, dando-se prioridade ao fortalecimento do quadro de pessoal da Justiça de 1º grau.

"Caso haja disponibilidade orçamentária, pretendemos convocar todos os servidores aprovados em concursos anteriores. Vamos continuar investindo em mão de obra qualificada para suprir a demanda sempre crescente nas comarcas do Estado", afirma Guerreiro Júnior.

REFORÇO - Segundo a Comissão de Concurso do TJMA, do total de 1.066 convocados, foram nomeados 884 concursados (editais 01/2009 e 002/2011).

Os serviços auxiliares da Justiça estadual tiveram o reforço de mais 255 funcionários concursados admitidos este ano. Só em 2012, foram nomeados 629 concursados.

Entre os servidores convocados para reforçar o efetivo da Justiça estadual incluem-se assistentes sociais (12), psicólogos (14), contadores (4), administrador (2), economista (1), engenheiro eletricista (3), graduados em



**Presidente do TJMA,
Guerreiro Júnior**

Direito (182), técnicos judiciários (213), técnicos em contabilidade (30), técnicos em edificações (10), técnicos em informática (17), comissário de menores (14), oficial de Justiça (61) e auxiliares administrativos (456).

No total, foram 18 convocações relativas ao edital 01/2009 e dez convocações do edital 002/2011.

CONCURSO - No momento, o TJMA promove concurso público para Juiz de Direito para preenchimento de 31 vagas e Cadastro de Reserva. O último seletivo para o cargo realizado pelo Judiciário maranhense ocorreu em 2008, oferecendo também 31 vagas.

TJ nomeia quase 900 servidores em menos de 2 anos

O Tribunal de Justiça do Maranhão nomeou 884 concursados para reforçar o quadro de pessoal do Poder Judiciário na gestão do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

As nomeações foram feitas aplicando-se critérios em conformidade com a disponibilidade financeira do Poder Judiciário e na necessidade dos serviços forenses, dando-se prioridade ao fortalecimento do quadro de pessoal da Justiça de 1º grau.

"Caso haja disponibilidade orçamentária, pretendemos convocar todos os servidores aprovados em concursos anteriores. Vamos continuar investindo em mão de obra qualificada para suprir a demanda sempre crescente nas comarcas do Estado", afirma Guerreiro Júnior.

REFORÇO - Segundo a Comissão de Concurso do TJMA, do total de 1.066 convocados, foram nomeados 884 concursados (editais 01/2009 e 002/2011).

Os serviços auxiliares da

Justiça estadual tiveram o reforço de mais 255 funcionários concursados admitidos este ano. Só em 2012, foram nomeados 629 concursados.

Entre os servidores convocados para reforçar o efetivo da Justiça estadual incluem-se assistentes sociais (12), psicólogos (14), contadores (4), administrador (2), economista (1), engenheiro eletricista (3), graduados em Direito (182), técnicos judiciários (213), técnicos em contabilidade (30), técnicos em edificações (10), técnicos em informática (17), comissário de menores (14), oficial de Justiça (61) e auxiliares administrativos (456).

No total, foram 18 convocações relativas ao edital 01/2009 e dez convocações do edital 002/2011.

CONCURSO - No momento, o TJMA promove concurso público para Juiz de Direito para preenchimento de 31 vagas e Cadastro de Reserva. O último seletivo para o cargo realizado pelo Judiciário maranhense ocorreu em 2008, oferecendo também 31 vagas.

JUDICIÁRIO

Pedreiro é condenado a 11 anos de reclusão

O Conselho de Sentença da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís condenou o pedreiro Gleycivan Nascimento Silva, conhecido como "Bola", a 11 anos e três meses de reclusão pelo assassinato de Edson Ramires Rodrigues de Sousa, em 2005, na Ponta d'Areia. A pena deve ser cumprida em regime fechado, na Penitenciária de Pedrinhas. Ele já foi condenado por outro crime, na 1ª Vara Criminal.

O irmão de Gleycivan Nascimento Silva, Fabrício Gleydson, o "Juca", também acusado do crime, foi absolvido pelos jurados que acolheram a tese de legítima defesa de terceiro.

O crime ocorreu na madrugada do dia 1º de janeiro, na Praça do Sol, no bairro Ponta d'Areia. Edson Ramires Rodrigues foi atingido com uma caadeira e depois, assassinado a tiros. Segundo os autos, a víti-

ma contribuiu para o evento criminoso, ou seja, houve provocação no momento dos fatos.

Apenas Fabrício Gleydson Nascimento Silva compareceu ao julgamento, realizado na última semana, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. O irmão dele, Gleycivan, mesmo intimado não compareceu à sessão do júri.

O juiz Gilberto de Moura Lima negou a Gleycivan Nascimento, que está foragido, o direito de recorrer da decisão em liberdade e decretou sua prisão preventiva, determinando o envio de cópia do mandado de prisão à Delegacia da Polinter e inclusão no cadastro do INFOSEG.

Condenado - Também no 2º Tribunal do Júri foi condenado o pedreiro Duvalteir Azevedo, o "Duca", a sete anos e nove meses de reclusão. Ele foi acusado, juntamente como o seu

irmão Diomar Azevedo, conhecido como "Louro", de ter assassinado Lucivaldo Almeida, por volta das 16h30, do dia 03 de setembro de 2005, na Vila Lobão, com pedrada e golpes de faca. A vítima era casada e tinha filhos menores.

Duvalteir Azevedo, 43 anos, compareceu ao julgamento, na sexta-feira (09), e confessou o crime, alegando legítima defesa, tese rejeitada pelo Conselho de Sentença. A pena será cumprida em regime semiaberto, na Penitenciária de Pedrinhas.

O juiz Gilberto de Moura Lima concedeu ao acusado o direito de apelar da decisão em liberdade, por ser Duvalteir Azevedo primário, possuidor de bons antecedentes, ter domicílio e residência fixa e ocupação lícita. Na sentença, o magistrado ressaltou que houve provocação por parte da vítima no momento do crime.

Vila Janaína - Pelo assassinato de Jordão Costa da Silva, foi condenado a 14 anos e nove meses de reclusão Izael Ferreira Silva. A vítima era casada e deixou um filho de três anos. O crime ocorreu na madrugada do dia 15 de fevereiro de 2009, na Vila Janaína. O acusado, mesmo tendo sido intimado, não compareceu ao julgamento, no 4º Tribunal do Júri.

O juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior decretou a prisão do réu e expediu o mandado de prisão. O magistrado considerou os diversos registros criminais contra o acusado, que já foi condenado em definitivo em uma ação penal, enquanto que a outra se encontra suspensa por ele ser revel. Também considerou o fato de Izael Ferreira Silva ter sido citado pessoalmente do processo e ter se evadido.

Estado Maior

Parlamentar e desembargador avaliam projetos

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, deputado Edilázio Júnior (PV), conversou segunda-feira, com o corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, sobre projetos que agilizarão o Judiciário. **Política 3**

Para ajustar projetos

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, deputado Edilázio Júnior (PV) se reuniu segunda-feira com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, para discutir os projetos de lei que alteram o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão. O juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça, Nilo Ribeiro, também participou da reunião.

Dos principais pontos tratados no encontro, ganhou destaque a criação da Comarca da Ilha de São Luís, que integrará todos os municípios da Ilha. Entre os projetos há os que preveem a manutenção de fóruns e varas dos municípios que compõem a Ilha, mas com a jurisdição de algumas Varas Especializadas estendidas. Exemplo: a extensão da jurisdição da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

O desembargador-corregedor Cleones Cunha admitiu a proposta, mas destacou os demais projetos de lei que tratam da reestruturação da Justiça maranhense.

- Todas as alterações foram pensadas, discutidas e trabalhadas para que o Judiciário possa avançar na sua prestação jurisdicional -, disse.

O deputado Edilázio Júnior também falou sobre os textos, que foram encaminhados para votação na Assembleia Legislativa, assinalando que a importância da iniciativa está exatamente na uniformização das decisões.

Vale aguardar as decisões do plenário.

O desembargador Lourival Serejo lançou, na Academia Maranhense de Letras (AML), o livro “Pescador de Memórias”, primeira obra poética do magistrado, que reúne 36 poemas em 96 páginas.

Na coletânea de poemas, o autor – membro da AML – incorpora a figura de um pescador, lançando suas redes e trazendo lembranças do cotidiano da cidade de Viana, conhecida pela pescaria artesanal.

“Viana é cidade de pescadores. Como poeta, incorporei um desses pescadores, fazendo avaliação do tempo e de personagens, e explicando alguns pontos necessários para o leitor não vianense, aspectos que têm certo peso histórico, sentimental e quase folclórico”, explica Serejo.

Autor de 15 obras em prosa, Serejo inaugura a linguagem poética por considerá-la mais profunda, concreta, concisa, sem a dimensão da prosa.

“Existem coisas que a prosa não expressa. São sentimentos que exigem uma manifestação diferente, mais forte. Em ‘Pescador de Memórias’ eu tenho a transformação da prosa ‘Do Alto da Matriz’ em poemas. Ele é fundamentalmente terráqueo, preso a terra. É como o poema de Goulart que diz que o homem sai da cidade, mas a cidade não sai dele”, analisa o acadêmico.

Vianense, o autor veio ainda jovem morar em São Luís. Trouxe na bagagem as lembranças da infância e adolescência em sua cidade-natal. Veio de lá a inspiração para parte de sua produção poética.

A carreira literária o levou a ingressar na Academia Maranhense de Letras e na Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Entre os livros publicados por Serejo incluem-se O Presépio Queimado, Rua do Porto, Con-



O acadêmico Lourival Serejo lançou “Pescador de Memórias”

tribuições ao Estudo do Direito, Direito Constitucional da Família, Do Alto da Matriz, O Baile de São Gonçalo, As Provas Ilícitas no Direito de Família e Programa de Direito Eleitoral, A Família Partida ao Meio e Entre Viana e Viana, seu último livro.

I Seminário Jurídico reúne servidores do judiciário maranhense

Nas próximas quinta e sexta-feiras (22 e 23) o Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão/SINDJUS – MA realiza, no auditório da Universidade Dom Bosco (UNDB), o I Seminário Jurídico “Direito e Sociedade: Os trabalhadores e as perspectivas para a prestação jurisdicional no Brasil”. Aberto ao público em geral, o evento contará com a presença

da desembargadora Nelma Sarney, presidente da Comissão do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão – PCCV e da desembargadora Raimunda Bezerra.

Também estão confirmados o desembargador federal, Ney Bello Filho; o professor da UNDB Leonardo Valles Bento; o juiz de Direito e assessor

especial da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Douglas de Melo Martins; o advogado e membro da Comissão de Juristas do Senado Federal, Charles Dias; e o Sociólogo César Chouary, dentre outros convidados ilustres.

Durante o evento serão discutidos o Estatuto Único para os Servidores da Justiça do Brasil (PEC190) e as apli-

cações do novo PCCV para os servidores da Justiça do Estado do Maranhão, além de outros temas importantes para a categoria. O I Seminário Jurídico também conta com a promoção da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Maranhão (FES-SEP-MA) e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (Cspb).

SETENÇA

Pedreiro é condenado a onze anos de prisão por assassinato

O Conselho de Sentença da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís condenou o pedreiro Gleycivan Nascimento Silva, conhecido como "Bola", a 11 anos e três meses de reclusão pelo assassinato de Edson Ramires Rodrigues de Sousa, em 2005, na Ponta d'Areia. A pena deve ser cumprida em regime fechado, na Penitenciária de Pedrinhas. Ele já foi condenado por outro crime, na 1ª Vara Criminal.

O irmão de Gleycivan Nascimento Silva, Fabrício Gleydson, o "Juca", também acusado do crime, foi absolvido pelos jurados que acolheram a tese de legítima defesa de terceiro.

O crime ocorreu na madrugada do dia 1º de janeiro, na Praça do Sol, no bairro Ponta

d'Areia. Edson Ramires Rodrigues foi atingido com uma cadeirada e depois, assassinado a tiros. Segundo os autos, a vítima contribuiu para o evento criminoso, ou seja, houve provocação no momento dos fatos.

Apenas Fabrício Gleydson Nascimento Silva compareceu ao julgamento, realizado na última semana, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. O irmão dele, Gleycivan, mesmo intimado não compareceu à sessão do júri.

O juiz Gilberto de Moura Lima negou a Gleycivan Nascimento, que está foragido, o direito de recorrer da decisão em liberdade e decretou sua prisão preventiva, determinando o envio de cópia do mandado de prisão à Delegacia da Polinter e inclusão no cadastro do INFOSEG.

Auxílio-moradia aguarda decisão do CNJ para seguir tramitando

O projeto de lei que regulamenta o auxílio-moradia para magistrados estaduais, em tramitação na Assembleia Legislativa, aguarda uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser votado .

POLÍTICA 3

JUDICIÁRIO

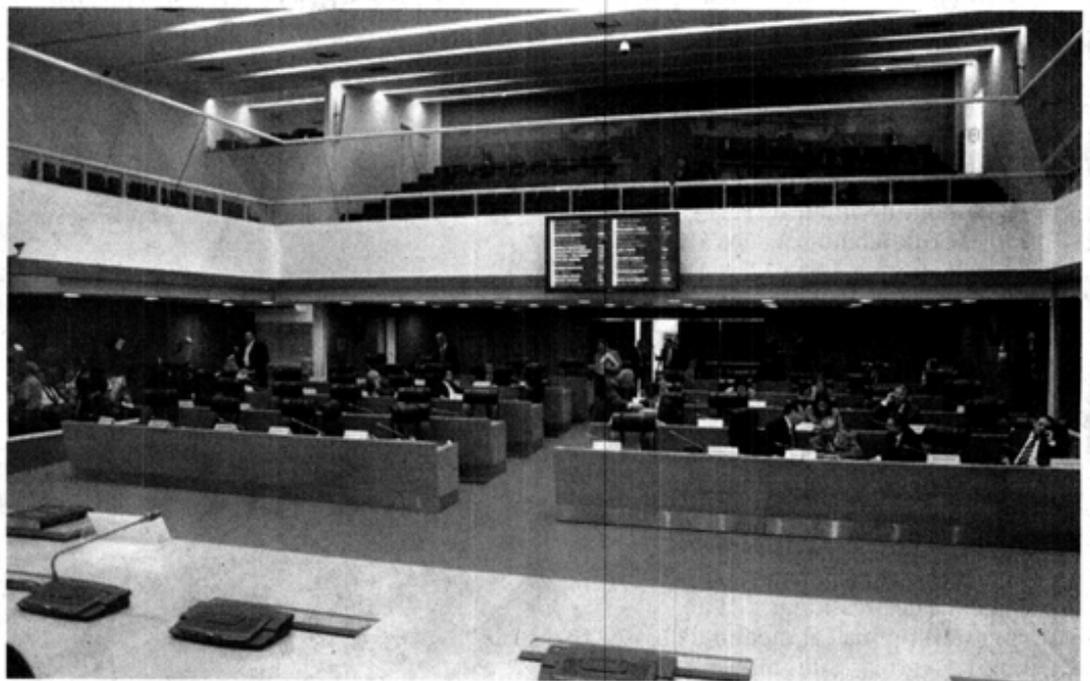
Auxílio-moradia aguarda decisão do CNJ

Projeto que visa regulamentar benefício a juízes no Maranhão espera recurso movido pelo CNJ. Outros dez estados já realizam pagamento, porém, aguardam decisão do STF

MARCUS SALDANHA

A edição de ontem de **O Imparcial** trouxe a informação que o pagamento do auxílio-moradia a juízes está sendo alvo de processos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Maranhão está entre os 11 estados que estão na lista do STF e CNJ. Por conta desse processo, o Projeto de Lei 093\2013, que regulamenta benefício para membros do Judiciário maranhense, está parado na Assembleia Legislativa. A proposta já havia sido discutida e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça.

Em sua passagem pelo parlamento estadual, o projeto, cujo relator na CCJ era Tatá Milhomem (PSD), gerou polêmica des-



Parlamento aguarda CNJ para colocar em pauta projeto de Lei que regulamenta pagamento de auxílio-moradia

de quando foi recebido, ainda em abril, já que favorece uma categoria que é notoriamente bem remunerada e recebeu propostas de emendas dos deputados Manoel Ribeiro (PTB) e Bira do Pindaré (PT), além de votos contrários de Rubens Pereira Jr. (PCdoB) e Eliziane Gama (PPS).

“O STF já decidiu que é favorável ao pagamento de auxílio-moradia desde que seja através de uma Lei Estadual Ordinária. E é isso agora que nós vamos fazer, apenas oficializar o que já existe”, defendeu na ocasião, em entrevista a **O Imparcial**, o deputado estadual Edilázio Jr. (PV), que preside a CCJ, numa posição em consonância com a Associação de Magistrados do Maranhão (Amam).

“Importante lembrar que o Supremo Tribunal Federal também paga o auxílio-moradia. Não é uma invenção do Maranhão. O projeto ao invés de ampliar o direito ele vem restringir, limitando esse direito”, disse a **O Imparcial** Gervásio Santos, presidente da Amam, que esclareceu ainda que, nas comarcas onde há residências oficiais, os magistrados não recebem auxílio-moradia.



Não é uma invenção do Maranhão. O projeto ao invés de ampliar o direito ele vem restringir, limitando esse direito

Gervásio Santos,

presidente da Associação de Magistrados do Maranhão

Para o jurista, a necessidade de aprovação de um projeto de lei se dá por conta de o que está posto hoje é uma Resolução que pode ser contestada judicialmente. Por isso, o TJ resolveu encaminhar o projeto de lei.

Polêmica

Em vários estados brasileiros, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem determinado a suspensão do pagamento de auxílio-moradia aos magistrados, como no caso dos Tribunais Regionais do Trabalho da 18ª Região (Goiás) e da 19ª Região (Alagoas), estendendo a estes dois estados o que já havia

sido determinado ao Tribunal da 8ª Região do Pará, onde os juízes recebiam, até o dia 3 de maio deste ano, auxílio-moradia em valores que variavam de R\$ 3.565,68 a R\$ 6.029,40, dependendo da posição na carreira.

Na época, o procurador federal Carlos André Studart Pereira cassou também por liminar os atos dos tribunais da Paraíba (13ª Região) e do Paraná (9ª Região). A questão sobre o auxílio-moradia concedido aos juízes está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) e há a possibilidade dos magistrados serem compelidos a devolver os valores pagos, caso venha a ser considerado indevido o paga-

mento de tal verba.

Ainda de acordo com a decisão, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais Regionais Eleitorais informaram que não pagam auxílio-moradia a seus magistrados. A maioria dos tribunais de Justiça também teria informado ao CNJ não pagar o auxílio. O conselheiro intimou os Tribunais de Justiça dos estados do Ceará, Goiás, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Minas Gerais, Amazonas, Maranhão, Tocantins e Sergipe a informar quantos magistrados recebem auxílio-moradia e quais são os valores pagos, para concluir sua posição.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado, a falta de regulamentação gera abusos, como a concessão de moradia a juiz que tem casa própria na cidade onde trabalha. Para o procurador-geral da República, que está deixando o cargo no próximos dias, Roberto Gurgel, o pagamento do auxílio-moradia a juízes e desembargadores aposentados é “incongruente” e “desarrazoado”.

Tribunal de Justiça nomeou quase 900 servidores em menos de dois anos

O Tribunal de Justiça do Maranhão nomeou 884 concursados para reforçar o quadro de pessoal do Poder Judiciário na gestão do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

As nomeações foram feitas aplicando-se critérios em conformidade com a disponibilidade financeira do Poder Judiciário e na necessidade dos serviços forenses, dando-se prioridade ao fortalecimento do quadro de pessoal da Justiça de 1º grau.

“Caso haja disponibilidade orçamentária, pretendemos convocar todos os servidores aprovados em concursos anteriores. Vamos continuar investindo em mão de obra qualificada para suprir a demanda sempre crescente nas comarcas do Estado”, afirma Guerreiro Júnior.

Reforço – Segundo a Comissão de Concurso do TJ-MA, do total de 1.066 convocados, foram nomeados 884 concursados (editais 01/2009 e 002/2011).

Os serviços auxiliares da

Justiça estadual tiveram o reforço de mais 255 funcionários concursados admitidos este ano. Só em 2012, foram nomeados 629 concursados.

Entre os servidores convocados para reforçar o efetivo da Justiça estadual incluem-se assistentes sociais (12), psicólogos (14), contadores (4), administrador (2), economista (1), engenheiro eletricista (3), graduados em Direito (182), técnicos judiciários (213), técnicos em contabilidade (30), técnicos em edificações (10), técnicos em informática (17), comissário de menores (14), oficial de Justiça (61) e auxiliares administrativos (456).

No total, foram 18 convocações relativas ao edital 01/2009 e dez convocações do edital 002/2011.

Concurso – No momento, o TJ-MA promove concurso público para Juiz de Direito para preenchimento de 31 vagas e Cadastro de Reserva. O último seletivo para o cargo realizado pelo Judiciário maranhense ocorreu em 2008, oferecendo também 31 vagas.

Judiciário recebe sugestões para o orçamento participativo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) já recebeu mais de 70 sugestões para elaboração do orçamento participativo (exercício 2014). Até o dia 26 de agosto, magistrados, servidores, membros da OAB, Ministério Público, Associação dos Magistrados, Sindicato dos Servidores da Justiça e representantes de outras entidades ligadas ao Judiciário podem participar por meio de formulário eletrônico para indicação das prioridades, disponível no site do TJ-MA (www.tjma.jus.br), no link "Transparência".

O documento é um meio de agilizar o encaminhamento de propostas pelos órgãos e entidades para que a elaboração do orçamento ocorra de forma

democrática.

Desde 2010, o formulário de levantamento de demandas fica disponível na internet, durante 30 dias, com o objetivo de coletar informações dos usuários internos e externos da Justiça Estadual a fim de auxiliar a gestão na elaboração do orçamento.

O diretor financeiro do TJ-MA, Luis Carlos Calvet, ressalta que o formulário foi elaborado para facilitar o diagnóstico das prioridades orçamentárias do Judiciário maranhense. "Com o orçamento participativo, as pessoas tornam-se fiscais dos gestores públicos, melhorando o desempenho dos mesmos e reduzindo as carências",

explica Calvet.

As demandas e prioridades aprovadas serão submetidas ao teto orçamentário antes da elaboração da proposta final. As sugestões serão encaminhadas ao Executivo até 31 de agosto, que enviará o documento ao Legislativo até 30 de setembro.

Participação – O orçamento participativo proporciona aos atores envolvidos e aos cidadãos a chance de se tornarem fiscais dos gestores públicos. No Poder Judiciário, consiste numa sistemática na qual a elaboração do orçamento público submete-se ao crivo das pessoas envolvidas com a operação do serviço jurisdicional.

DIVULGAÇÃO



LUIS CARLOS Calvet diz que o formulário facilita o diagnóstico das prioridades orçamentárias do Judiciário

INSEGURANÇA E TENSÃO EM DOM PEDRO

Vereador diz que é ameaçado de morte por grupo de extermínio

O vereador Farys Miguel - filho do ex-deputado Edilson Peixoto, assassinado a tiros, no dia 25 de julho passado, no município de Dom Pedro – pediu nesta terça-feira (20) garantias de vida ao secretário de Segurança, Aluísio

Mendes. Ainda abalado com a morte do pai, o vereador denunciou que está sendo ameaçado de morte por integrantes de um grupo de extermínio que atua na região dos Cocais.

PÁGINA 3 [C1]

C. FERREIRA



FARYS MIGUEL pediu garantia de vida a Aluísio

INSEGURANÇA E TENSÃO EM DOM PEDRO

Vereador diz que é ameaçado de morte por grupo de extermínio

Filho do ex-deputado Edilson Peixoto, assassinado no mês passado, pede garantias de vida ao secretário Aluísio Mendes

MANOEL SANTOS NETO

O vereador Farys Miguel – filho do ex-deputado Edilson Peixoto, assassinado a tiros, no dia 25 de julho passado, no município de Dom Pedro – pediu nesta terça-feira (20) garantias de vida ao secretário de Segurança Pública do Estado, Aluísio Mendes. Ainda abalado com a morte do pai, o vereador denunciou que está sendo ameaçado de morte por integrantes de um grupo de extermínio que atua na região dos Cocais.

Aos 33 anos de idade, no exercício do quarto mandato de vereador, Farys Miguel garante que está sob a mira de um grupo de extermínio que, segundo ele, age há mais de 20 anos no interior do Maranhão.

Ele confessa que está alarmado e lembra que seu pai, Edilson Peixoto, que foi vereador no município de Fortuna e deputado estadual na década de 90, foi assassinado às 7h30 do dia 25 de julho de 2013, com nove tiros de pistola 9 mm. O crime aconteceu nas proximidades do Farol da Educação do município de Dom Pedro.

Cinco dias após o crime, a polícia efetuou a prisão do comerciante Valdete Gomes de Freitas – que está preso em São Luís –, apontado como o principal mandante do crime praticado contra o ex-deputado. A polícia descobriu também que Valdete Freitas, que trabalhava como vendedor de tomate em Dom Pedro, tramou o crime junto com o seu irmão Toinho Diogo, que está foragido e com prisão preventiva decretada pela Justiça.

A investigação da polícia, comandada pelo delegado regional



G. FERREIRA

VEREADOR FARYS Miguel, filho do ex-deputado Edilson Peixoto

Paulo Franco, desvendou a trama e a prática do crime. Os executores do assassinato do ex-deputado, segundo a polícia, foram os pistoleiros Vandim e Galego – este último, segundo levantamentos policiais, é autor de mais de 30 homicídios, e é tido como homem de confiança de Valdete e Toinho Diogo.

Da mesma forma que Toinho Diogo, os pistoleiros Galego e Vandim estão foragidos. De acordo com informações da polícia, Valdete Freitas e seu irmão Toinho Diogo são agenciadores de pistoleiros e são apontados como chefes de um grupo de extermínio. Este mesmo grupo já foi comandado por dois irmãos de Valdete e Toinho Diogo.

Eram os agenciadores de pistoleiros Leudo Freitas, morto a tiros no município de Presidente Dutra, e Diogo Freitas, assassinado no município de Dom Pedro.

Segundo investigações da Polícia Civil, o grupo de Valdete e seu irmão Toinho Diogo foram responsáveis pelo assassinato, no dia 14 de julho passado, do motorista Vicente Neto, cuja esposa, Regivânia, conhecida como “Maninha”, presenciou o crime e denunciou o assassinato à polícia.

“Maninha” disse à polícia que presenciou a trama e o crime que, segundo ela, foi praticado por Valdete, Toinho Diogo e os pistoleiros Galego e Vandim.

“Foram estes mesmos homens os autores do crime praticado contra o meu pai”, afirma o vereador Farys Miguel. Ele conta que, no momento do crime, a esposa do ex-deputado, Cleziane Lopes, estava no carro da vítima (um Celta de cor vinho) e presenciou toda a cena do crime.

Depois de terem assassinado Vicente Neto e o ex-deputado Edilson Peixoto, os membros do grupo do extermínio agora estão ameaçando de morte o vereador Farys Miguel, que está no exercício do quarto mandato e, abrigado no PCdoB, foi o vereador mais votado no município, nas eleições de 2012. Logo no primeiro mandato, Farys Miguel foi presidente da Câmara Municipal de Dom Pedro.

“Quero aproveitar para destacar o excelente trabalho realizado pelo delegado regional de Presidente Dutra, Dr. Paulo Franco, e sua equipe. Destaco ainda o importante papel do Ministério Público e da Justiça, em Dom Pedro. E quero também ressaltar o excelente trabalho do secretário de Segurança Aluísio Mendes, que conseguiu em tempo recorde desvendar o assassinato de meu pai e de diversos outros crimes praticados por este bando, lá na nossa região”, afirmou Farys Miguel.

Ele frisou ainda que confia no Poder Judiciário do Maranhão: “Acredito no Tribunal de Justiça do nosso Estado, formado por homens sérios e honrados, que haverão de julgar este caso de forma adequada, punindo de forma exemplar os verdadeiros culpados pela morte de meu pai, Valdete Freitas e seu irmão Toinho Diogo e os pistoleiros Vandim e Galego”, ressaltou o vereador.

Justiça em Bacabal entrega certificados a conciliadores

O juiz Marcelo Silva Moreira, titular do Juizado Especial de Bacabal, entregou em solenidade especial, na segunda-feira (19), os certificados de conclusão de curso aos conciliadores formados na primeira turma do gênero já constituída no interior do estado. Marcelo Moreira é o coordenador dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania da comarca. Trinta e quatro conciliadores receberam certificado.

De acordo com informações da comarca, o I Curso de Formação de Conciliadores, certificado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), teve carga horária de 40 horas e foi realizado segundo as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, tendo contado, em seu corpo docente, com juízes e servidores do Poder Judiciário maranhense.

A Resolução nº 125 do CNJ instituiu a Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos,

destacando entre seus princípios informadores a qualidade dos serviços como garantia de acesso à ordem jurídica justa, estabelecendo, para tanto, conteúdo programático mínimo para cursos de capacitação de conciliadores e mediadores. Para alcançar esse objetivo mostrou-se necessário compatibilizar a formação mínima exigida para atuação dos mediadores e conciliadores com as diferentes realidades do país.

Em Bacabal, os conciliadores formados estão agora habilitados para realizar sessões de conciliação e mediação processuais e pré-processuais nos dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc de Bacabal, instalados em parceria com a Faculdade de Educação de Bacabal – Febac e com a Universidade Estadual do Maranhão – Uema.

A cerimônia de entrega dos certificados contou com a presença do desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo

Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, do juiz Alexandre Lopes de Abreu, coordenador do Cejusc em São Luís, do juiz auxiliar da presidência do TJ-MA, José Nilo Ribeiro Filho, e, ainda de advogados e de representantes das mencionadas instituições de ensino superior.

Marcelo Moreira, que coordenou o curso, informou que o início dos trabalhos nos Cejusc de Bacabal ocorrerá ainda este mês, tendo em vista a inclusão dos dois Centros no sistema Attende. Essa inclusão vai possibilitar o agendamento de sessões de conciliação pelos interessados, tanto presencialmente, quanto pelo site do Tribunal ou pelo Telejudiciário.

O juiz também anunciou que no período de 23 a 27 de setembro vai realizar um mutirão de conciliação com 480 audiências, já agendadas. Todas essas audiências serão presididas pelos conciliadores formados no curso.

São Raimundo das Mangabeiras tem inscrições abertas para projetos sociais

O juiz José Augusto de Sá Costa Leite, titular de São Raimundo das Mangabeiras, publicou edital voltado para entidades sociais. Projetos sociais selecionados poderão receber recursos da Justiça, advindos de penas alternativas de prestação pecuniária, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal. Essas entidades podem ser públicas ou privadas e devem ter finalidade social comprovada. As inscrições estão abertas até o dia 15 de setembro.

Para participar, a entidade deve estar legalmente constituída, apresentando, obrigatoriamente, projetos relacionados às áreas de assistência, segurança pública, saúde, educação, qualificação profissional ou geração de trabalho e renda. Essas entidades devem estar constituídas há pelo menos um ano e ter sede na Comarca de São Raimundo das Mangabeiras. Outra exigência refere-se aos diretores dessas entidades, que deverão ter reputação ilibada, não podendo, portanto, estar respondendo ou já terem sido condenados por atos de improbidade administrativa.


Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 112013
(relativo ao Processo 179292013)
Código de validação: AN89033392

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Intimamos LUCIANO ALMEIDA SANTOS, portador do CPF N° 497.618.973-20 e RG. N° 97002445266, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao DESPACHO-GDG - 30432013, do Gabinete do Diretor Geral, constante do Processo n° 17929/2013-TJ para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 2.504,14 (dois mil, quinhentos e quatro reais e quatorze centavos), em razão de sua exoneração do cargo em comissão de Secretário Judicial de Entrância Inicial, ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 20.08.2013.

RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA
Coordenadora de Direitos e Registros, em Exercício
Coordenadoria de Direitos e Registros
Matrícula 157701

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 20/08/2013 10:08 (RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA)



O Tribunal de Justiça do Maranhão dá as boas-vindas aos novos serventuários e deseja sucesso. Esperamos que os serviços notariais sejam prestados com qualidade e rigor. E, como já sabem, a Corregedoria e o FERJ estão à disposição para orientações e dúvidas”, declarou o corregedor Cleones Cunha.

ROBERTO VELOSO

Juiz federal e professor doutor da UFMA, escreve para o Jornal Pequeno às quartas-feiras. E-mail: velosorc@uol.com.br



A lentidão da Justiça

Não é desconhecido que o Judiciário possui uma estrutura antiquada, baseada em métodos ultrapassados, trazendo reflexos negativos na velocidade processual e solução dos conflitos a ele apresentados.

Na verdade, a disponibilidade aos indivíduos de direitos civis, políticos e sociais, faz surgir o fenômeno do gigantismo do Estado, um Estado providência. Esse gigantismo traz em seu bojo o Judiciário, que cresce vertiginosamente, apesar de o seu crescimento não atender à demanda pelos seus serviços.

Outra conclusão não se pode ter – apesar do aumento da produtividade dos juízes e todas as medidas e recursos alocados – têm prevalecido os fatores que conduzem à morosidade, principalmente a “explosão de litigiosidade”, da qual já falamos, e a tendência à eternização dos processos.

Quando se questiona a respeito dos males desse poder a principal queixa que se faz é a lentidão da Justiça. Dessa forma é difícil a garantia dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal, com um exercício pleno da cidadania com índices tão baixos de modernização e tecnologia.

Segundo pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a lentidão da Justiça preocupa até mesmo os juízes brasileiros. 48,9% dos 3.258 juízes que responderam ao questionário consideram a Justiça lenta, 38,7 % dizem que seu ritmo é regular e apenas 9,9 % acham boa a sua agilidade.

Outro dado interessante é

o referente às custas processuais. Na Justiça Estadual, 44,1% dos juízes ouvidos dizem que o sistema de custas é ruim, 33,6% acham-no regular e apenas 15% bom.

O então presidente Lula, em discurso no Supremo Tribunal Federal, enfatizou que a obsolescência da máquina pública colocada à disposição do Poder Judiciário, como de resto, em grande parte da administração pública brasileira, é fator que impede a melhoria da prestação jurisdicional.

É assim consensual que a morosidade é o problema mais grave a ser enfrentado pelo Judiciário. Pela emenda constitucional 45, denominada de “reforma do judiciário”, tentou-se a criação de mecanismos para aumentar-lhe a agilidade, mas os resultados ainda precisam melhorar.

O juiz na sua atividade não é apenas um julgador de processos. Em grande parte de seu tempo está administrando pessoal e gerenciando recursos, principalmente quando exerce funções de direção de vara, foro ou tribunal.

É preciso utilizar as Escolas da Magistratura para que o juiz aprenda novas técnicas gerenciais, como a reengenharia, o programa de qualidade total, a administração participativa, o planejamento estratégico, hoje com sucesso aplicadas na iniciativa privada.

Há de fato uma “explosão de litigiosidade” sem que os foros tenham capacidade para absorver essas demandas. Existem poucos juízes, poucos funcionários, poucos instrumentos de trabalho, impondo ao magistrado criatividade,

simplicidade, pragmatismo, inteligência e espírito inovador e empreendedor para fazer frente aos grandes desafios que lhe são postos no dia a dia de sua atividade.

Faz-se necessário o rompimento com inúmeras as práticas cartorárias desafiando o bom senso pela ausência de lógica e pelo excesso de formalismo, atrapalhando em muito o julgamento rápido das demandas.

Observam-se comumente as secretarias e os cartórios trabalharem em círculos, rompendo com a própria essência do processo, que etimologicamente significa “caminhar para frente”. O servidor tem apor tantos carimbos, certidões, livros de tomo, protocolos, juntadas, que ele perde a noção do que está fazendo.

Para vencer este estado de coisas é necessária a criação de novas técnicas, testar métodos experimentais, copiar, aplicar e aperfeiçoar as excelentes ideias que inúmeros juízes têm sugerido às administrações dos tribunais e implementado nas suas unidades jurisdicionais.